

Ação e estrutura social em Grounded Theory: Reflexões sobre uma psicologia social sociológica

Bruno Felix von Borell de Araujo¹
FUCAPE Business School, Vitória/ES, Brasil
José Luis Álvaro Estramiana
Universidad Complutense de Madrid, Spain

Resumo

O objetivo deste estudo foi propor ideias para o estudo de questões que envolvam a interdependência entre contextos sociais e a ação individual por meio da Grounded Theory. Adotaram-se duas estratégias: identificar abordagens na psicologia social sociológica que ofereçam ideias sobre como estudar a interdependência entre estrutura social e ação individual e apontar alternativas práticas apresentadas por teóricos da Grounded Theory para superar o problema em questão. As propostas apresentadas foram: a) a adoção das abordagens de Stryker, Giddens, Elias e Bourdieu como sensibilizadoras para o desenvolvimento de teorias; b) uso e criação de matrizes ou mapas para codificação; e c) confrontação da teoria substantiva criada com os aportes dos citados teóricos com o objetivo de situar a teoria dentro das contribuições da comunidade científica.

Palavras chave: Grounded Theory; Interação; Estrutura Social.

Action and social structure in Grounded Theory: Reflections about a sociological social psychology

Abstract

The objective of this study was to propose ideas for the study of topics involving the interdependence between social contexts and individual action with Grounded Theory. We adopted two strategies: identifying approaches in sociological social psychology that offer ideas about how to study interdependence between social structure and individual action and highlight practical alternatives presented by Grounded Theory theorists to overcome the problem in question. We proposed: a) the adoption of the approaches of Stryker, Giddens, Elias and Bourdieu as sensitizing for developing grounded theories; b) the use and creation of maps or matrices for coding; and c) the confrontation of the substantive theory created with the contributions of the cited theorists in order to situate the theory within the contributions of the scientific community.

Keywords: Grounded Theory; Interaction; Social Structure.

A GT é um método de pesquisa social no qual se busca gerar teorias a respeito de fenômenos sociais que se apresentem o mais próximo possível aos dados e o mais distante possível das pré-concepções do pesquisador (Glaser, 1978). É composta por uma série de princípios e procedimentos que visam à geração de conceitos que, relacionados, formem uma teoria substantiva sobre um fenômeno e não apenas uma descrição sobre o mesmo.

As primeiras teorias fundamentadas foram desenvolvidas por Glaser e Strauss (1965, 1968, 1971). Nestes estudos, Glaser e Strauss desenvolveram o que passou a ser divulgado por Glaser como um “mantra da GT” (Bryant & Charmaz, 2007), ou seja, um conjunto de

procedimentos apresentados como adequados para que uma teoria emergja a partir dos dados.

Acredita-se, no entanto, que seja necessário refletir constantemente sobre possíveis limitações da GT e eventuais adaptações da mesma para a sua aplicação em diferentes áreas do conhecimento. Ao observar a história do desenvolvimento do método, percebe-se que de um lado há a postura purista de Glaser - que defende constantemente a sua versão, chamada por ele de “GT Clássica” (Glaser, 2002) - diante das diferenças entre esta e as outras versões existentes do método, dentre as quais se destacam a de Strauss and Corbin (2008), a GT Construtivista de Charmaz (2006) e a reformulação pós-modernista de Clarke (2007).

A necessidade pela busca da incorporação de novas ideias que venham a enriquecer o método se faz ainda mais presente quando se observa a sua aplicação em

¹ Doctor of Business Administration from Mackenzie University.
Email: felixbruno1@yahoo.com.br

diferentes áreas substantivas. A maioria dos teóricos em GT, por exemplo, Glaser, Strauss, Corbin e Charmaz, são provenientes da área biomédica. Ainda que a aplicação desses procedimentos seja perfeitamente possível em diferentes áreas substantivas, acredita-se que haja peculiaridades nos diversos campos que demandam adaptações no método.

Para Locke (2001), por exemplo, a GT tem sido aplicada de forma fragmentada e seletiva em estudos na administração (Locke, 2001). Já Hidelbrand (2007) e Burawoy (1991) acreditam que o método tem limitações para abranger a interação entre as estruturas sociais e as interações do nível micro de análise. Mesmo sendo possível encontrar artigos que realizem este diálogo entre macro e micro em teorias fundamentadas (p.e., Chang, 2000; Bandeira-de-Mello; Cunha, 2004), percebe-se que é comum as teorias permanecerem no nível das interações interpessoais e não considerarem a relação dos fenômenos estudados com os contextos sociais mais amplos.

Com base nestas contestações, buscou-se com este artigo propor ideias para a adequação do método da GT para o estudo de questões que envolvam a interdependência entre contextos sociais e a ação individual. Acredita-se que tais ideias possam ser úteis para a geração de teorias fundamentadas na administração, uma vez que os fatores estruturais econômicos, sócio-culturais, político e legais, entre outros, constantemente influenciam e são influenciados pelas interações entre indivíduos que atuam como funcionários de organizações empresariais, clientes, fornecedores, membros da mídia, comunidade ou do governo.

Para alcançar o objetivo proposto, procurou-se responder a duas perguntas: que possibilidades teóricas existem na Psicologia Social Sociológica para estudo da interação entre estrutura e interação? Que estratégias têm sido desenvolvidas em GT para inclusão de poder e estrutura?

Inicialmente, foi realizada uma revisão dos princípios centrais da GT: Sensibilidade Teórica, Suspensão de pré-concepções pessoais e teóricas, Tudo são Dados, Uso da Literatura, Amostragem Teórica, Codificação Aberta e Saturação de Categorias, Método de Comparações Constantes, o conceito de Categoria Central, Codificação Seletiva, Redação de Memorandos, Codificação Teórica, Escolha dos Memorandos e Escrita da Teoria. Acredita-se que tal resumo seria interessante para situar o leitor pouco familiarizado com os procedimentos da Grounded Theory.

A seguir, discutiu-se o posicionamento epistemológico da GT. Concordando com Alvesson e Skoldberg (2000), Clarke (2003) e Bryant e Charmaz (2007), defendeu-se neste artigo que o Interacionismo Simbólico é a principal fonte teórico-epistemológica

da GT. Este entendimento fornece coerência ao fato de que tanto o Interacionismo Simbólico quanto a GT são frequentemente criticados por serem inadequados para a realização de estudos que abranjam a interdependência entre estrutura e ação individual.

Ao pesquisar sobre técnicas usadas por adeptos da GT, foram encontradas duas abordagens gráficas que visam à realização de codificações que estimulem a geração de conceitos que se refiram à dinâmica macro/micro: a matriz condicional de Strauss e o mapa situacional de Adele Clarke. Enquanto o primeiro é inspirado no construtivismo estruturalista, o segundo encontra-se fundamentado no modelo de mundos e arenas sociais desenvolvido por Strauss em paralelo com suas parcerias com Barney Glaser e, posteriormente, com Juliet Corbin.

Ao identificar-se que contribuições de determinados psicólogos sociais de perspectiva sociológica, neste caso Bourdieu e Strauss, têm servido de inspiração para o desenvolvimento de modelos de codificação, imaginou-se que seria útil realizar uma breve revisão a respeito das ideias principais de sociólogos que tenham discutido a relação entre contexto social, estrutura e ação social. Assim, foi realizado um breve resumo sobre as ideias de Sheldon Stryker, Anthony Giddens, Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

A partir da análise realizada, foram formuladas três propostas apresentadas como conclusões. Sugeriu-se usar ideias de integração entre estrutura e ação social disponíveis na literatura da psicologia sociológica social como conceitos sensibilizadores, como inspiração para a criação de matrizes para codificação em GT e como aporte teórico para realizar a comparação entre a teoria substantiva criada e literatura.

Grounded Theory: Origins

A *Grounded Theory*, traduzida para o português como Teoria Fundamentada nos Dados, foi criada nos anos 60 pelos sociólogos Barney Glaser e Anselm Strauss. Neste artigo, adotou-se o termo “*Grounded Theory*” para referir-se ao método e a expressão “teoria fundamentada” nas ocasiões em que o texto se referia às teorias geradas por meio do referido método.

As trajetórias de Glaser e Strauss são distintas em termos filosóficos e de pesquisa e colaboraram para o desenvolvimento da metodologia. Strauss formou-se na *University of Chicago*, que possui forte tradição em pesquisas qualitativas e foi influenciado por textos interacionistas e pragmatistas. Glaser se formou na *Columbia University*, onde foi influenciado por Paul Lazarsfeld, conhecido por seu estilo inovador em metodologia qualitativa de pesquisa. Glaser identificou a necessidade de fazer comparações entre dados com o

intuito de identificar, desenvolver e relacionar conceitos (Strauss & Corbin, 2008). As experiências de ambos serviram como base preparatória para a formulação da metodologia que propriam anos mais tarde.

Glaser e Strauss trabalhavam na Universidade da Califórnia em 1967 quando escreveram *The Discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research*. Este livro, que viria a se tornar a referência inicial na evolução da técnica, propunha dois fundamentos que constituiriam a sua base. Primeiro, a relação entre pesquisador, realidade e teoria são constantes, ou seja, a relação entre pesquisador e a realidade é contínua no processo de geração da teoria. Além disso, a obra também estabelece que a teoria gerada é fruto do fluxo de idas ao campo e análise (Goulding, 2002).

Apesar da parceria inicial, Glaser e Strauss viriam a adotar posteriormente caminhos distintos a respeito do método e interromperam as publicações conjuntas. Glaser é geralmente reconhecido como o defensor da metodologia em seus termos originais, enquanto a abordagem que Strauss veio a adotar posteriormente costuma ser entendida como uma remodelação da GT (Holton, 2008; Locke, 2001).

As diferenças entre as perspectivas de Glaser e Strauss ficaram evidenciadas por ocasião da publicação de *Basics of Qualitative Research* (Strauss & Corbin, 2008). Glaser (1992) publicou sua resposta à obra de Strauss e Corbin no livro *Basics of GT: Emergence vs. Forcing*, no qual apresenta a ideia de que a versão de Strauss para a GT tornava a sua produção acadêmica meramente descritiva e excessivamente interessada em precisão e verificação. Glaser (1992) também argumentou que o processo de codificação sugerido por Strauss (Strauss, 1987; Strauss & Corbin, 2008), que enfatizava fortemente o uso de categorias de condições, contextos, ações e consequências, conduzia o pesquisador a teorias pré-concebidas e dificultava a emergência da teoria.

Desde então, outros pesquisadores têm se interessado pela GT e apresentado remodelamentos e adequações à técnica (p.e., Charmaz, 2006; Clarke, 2003; Dey, 1999; Goulding, 2002; Lincoln & Guba, 1985; Starrin, Dahlgren, Larsson & Styrborn, 1997). Em resposta a alguns desses, Glaser (2001, 2002, 2003, 2004, 2009; Glaser & Holton, 2004) tem escrito trabalhos com a intenção de diferenciar tais abordagens da GT Clássica, sempre que julga necessário.

A GT é entendida como uma metodologia usada para gerar uma teoria fundamentada em dados coletados e analisados simultânea e sistematicamente (Goulding, 2002). Ikeda e Bianchi (2009) a definem como uma metodologia indutiva empregada para gerar teoria através do processo sistemático e simultâneo de coletar e analisar dados. Segundo Bandeira-de-Mello e Cunha (2006, p. 241) ela é considerada um método de

pesquisa, porém Locke (2001, p. 33) a entende como um estilo ou abordagem.

Essa técnica tem sido empregada mundialmente e há alguns estudiosos que têm se dedicado a escrever trabalhos a respeito do seu uso. Christina Goulding e Kathy Charmaz são algumas dentre os representantes mais proeminentes desse grupo que busca difundir os ensinamentos originados por Glaser e Strauss (Ikeda & Bianchi, 2009). Juliet Corbin, que teve este último como mentor, tornou-se uma representante de sua vertente.

Princípios Metodológicos da GT

Os elementos essenciais que caracterizam uma GT encontram-se sintetizados em Glaser (1978, 1992, 1998), Glaser e Strauss (1967) e Strauss e Corbin (2008). Nestas obras, enfatiza-se a ideia de que um estudo somente pode ser considerado uma autêntica teoria fundamentada quando uma série de princípios essenciais são empregados. Embora esses autores diverjam em alguns pontos, pode-se dizer que a GT possui um corpo característico de princípios metodológicos. A seguir, são listados alguns desses princípios centrais da *Grounded Theory*.

Para alcançar a habilidade de gerar conceitos a partir dos dados e relacioná-los em modelos teóricos, o acadêmico deve tolerar a incerteza e ser habilidoso ao desenvolver insights teóricos e de gerar conceitos, e não descrições, a partir dos dados (Glaser, 1978, 2001; Strauss & Corbin, 2008). Esta habilidade é conhecida como Sensibilidade Teórica. O pesquisador deve manter-se aberto para descobrir o que está acontecendo no campo e não deve concentrar-se no que deveria acontecer segundo determinadas teorias ou de acordo com a visão de mundo do pesquisador. Para Glaser (1992, 1998), o pesquisador deve entrar no campo de interesse sem definir um problema de pesquisa, protocolos de entrevista e sem realizar uma revisão prévia da literatura.

Uma teoria fundamentada é desenvolvida a partir de diferentes tipos de dados. Quanto maior a diversidade dos dados, maior é o potencial para a produção de uma teoria multivariada. O pesquisador que se utiliza dessa metodologia deve usar todos os tipos de dados que julgar relevantes para sua teoria, incluindo documentos, silêncios, recusas, a literatura e o próprio pesquisador (Glaser, 1978, 2009).

Glaser afirma que se deve evitar a influência de pré-conceitualizações na pesquisa, o que frequentemente ocorre por meio de leituras extensivas a respeito da área substantiva a ser estudada. Ele afirma que a familiaridade com a literatura pode levar o pesquisador a forçar seus dados em categorias e conceitos já existentes na literatura. Não somente Glaser, mas também Strauss, (Glaser & Strauss, 1967), preocupados com os

efeitos das concepções sobre a área substantiva na sensibilidade teórica dos pesquisadores, defenderam que a revisão bibliográfica fosse adiada até o término da formulação da teoria.

Posteriormente, Strauss reviu sua posição, ao escrever que “todos levamos à investigação um considerável pano de fundo relativo à literatura profissional e disciplinar” (Strauss & Corbin, 2008, p. 48). A opinião de Glaser sobre o tema também foi revista em alguns momentos. Ainda que o autor tenha continuado a defender a revisão da literatura somente após a elaboração da teoria (Glaser, 1992, 1998), na obra *Theoretical Sensitivity*, ele escreveu que “é necessário que o pesquisador adepto à Teoria Fundamentada conheça muitos códigos teóricos a fim de que esteja sensível para interpretar explicitamente as sutilezas existentes em seus dados” (Glaser, 1978, p. 72).

Alguns acadêmicos, como Dey (1999) e Layder (1998), defendem que a noção de que o pesquisador vai ao campo desprovido de concepções prévias é ingênua. Charmaz (2006) argumenta que é impossível que o pesquisador em Teoria Fundamentada conduza sua pesquisa com a cabeça vazia, mas que ele pode fazê-lo perfeitamente com uma mente aberta. Esta última autora utiliza a noção de ‘conceitos sensibilizadores’ de Blumer (1984) para argumentar que os pesquisadores que utilizam a teoria fundamentada podem iniciar seus estudos com certos interesses de pesquisa e conceitos gerais.

A coleta de dados na GT ocorre sob a orientação de um princípio chamado Amostragem Teórica. Trata-se de um processo de coleta de dados para a geração de teoria no qual o pesquisador simultaneamente coleta, codifica e analisa os dados e decide onde ocorrerá e qual será a próxima questão a ser investigada no campo (Glaser, 1992; Strauss & Corbin, 2008). O processo de coleta de dados deve ser controlado pela teoria emergente. O pesquisador não deve decidir antecipadamente quem serão os indivíduos que comporão sua amostra. Esta deve ser escolhida não com base em representatividade, mas com o propósito de desenvolvimento teórico. Somente à medida que o pesquisador descobre códigos iniciais e busca saturá-los por meio de grupos de comparação, ele se torna apto a escolher que novos rumos sua amostra assumirá. Em outras palavras, a amostragem deve ser emergente e possui propósitos de desenvolvimento teórico. Ao identificar lacunas na teoria, o pesquisador deverá buscar grupos com os quais possa realizar comparações contrastantes.

O processo de codificação na construção de teorias fundamentadas tem como objetivo levar o pesquisador da coleta de dados à formação da teoria com a menor interferência possível do pesquisador. Nesse processo, o pesquisador deve analisar seus dados com algumas

questões em mente, como “A que esses dados se referem?”, “Que categoria esse incidente indica?”, “O que está acontecendo nesse incidente?”, “Qual é a principal preocupação dos participantes?” e “O que eles levam em conta para a resolução contínua do problema?” (Glaser, 1978, p. 57).

Glaser (1978, 2001) afirma que essas questões mantêm o pesquisador focado em buscar padrões entre os incidentes que revelem conceitos que transcendam as descrições sobre os fatos. Enquanto o pesquisador realiza novas amostragens teóricas, novas categorias emergem e outros incidentes se adaptam a categorias emergidas durante a codificação de visitas anteriores ao campo. Esse processo segue sendo realizado até que o pesquisador tenha a sensação de que a saturação teórica da categoria foi alcançada, isto é, até que novas amostragens não sejam mais capazes de acrescentar propriedades às categorias.

A codificação é orientada por um método chamado de comparações constantes. Inicialmente, incidentes são comparados a incidentes com o intuito de encontrar padrões. As uniformidades encontradas e suas condições variantes se tornam conceitos e hipóteses que orientam a subsequente visita ao campo, quando conceitos são comparados a novos incidentes com objetivo de aprimorar as propriedades teóricas das categorias e criar outras novas. Esse processo conduz à já citada saturação, verificação e densificação das categorias. Por último, conceitos são comparados a outros conceitos com o propósito de integrar os conceitos por meio da identificação das relações que estes possuem entre si (Glaser, 1978, 1998, 2001).

À proporção que as comparações constantes são realizadas, uma categoria central começa a emergir. Uma vez identificada, esta variável central (Glaser, 2005) torna-se o foco do estudo e das subseqüentes coletas de dados e codificações. Glaser e Strauss (1967) e Glaser (1978, p. 95-96) fornecem algumas pistas a respeito de como encontrar a categoria central em um estudo. Ela deve ser frequente nos dados, responder por uma elevada porção da variação nos padrões de comportamento referentes às outras categorias e demandar maior tempo para ter sua saturação alcançada. A categoria central pode ser qualquer tipo de código teórico: um processo, uma condição ou uma consequência, por exemplo.

Após a constatação de que a categoria central foi encontrada, o pesquisador interrompe a codificação aberta e a delimita apenas àquelas categorias que se relacionam à categoria central de forma a produzir uma teoria parcimoniosa.

A articulação da teoria é realizada por meio de um sistemático processo de redação de memorandos, realizado em paralelo à coleta e análise de dados. Memo-

rando é uma “redação teórica de ideias a respeito dos códigos e suas relações, à medida que eles vêm à mente do pesquisador durante o processo de codificação” (Glaser, 1978, p. 83). Este procedimento é vital para o desenvolvimento conceitual dos códigos.

Outro princípio básico da GT é a Codificação Teórica. Códigos conceitualizam o padrão subjacente aos incidentes encontrados nos dados. Por meio da codificação, o pesquisador condensa e desenvolve conceitos abstratos com escopos delimitados. Códigos substantivos conceitualizam a substância empírica da área de estudo. Códigos teóricos são modelos abstratos que conceitualizam como os códigos substantivos se relacionam uns com os outros como hipóteses integradas em um esquema teórico. A codificação teórica apoia o pesquisador a manter sua atenção no nível conceitual ao escrever sua teoria (Glaser, 1978, 2005).

Após o pesquisador alcançar a saturação teórica das categoriais, ele revisa, escolhe e integra os diversos memorandos relacionados à categoria central, o que permite a criação de um esboço teórico ou esquema conceitual. O processo de escolha dos memorandos é essencial para o desenvolvimento da teoria, uma vez que os dados fragmentados são reintegrados em uma estrutura teórica.

Na GT glaseriana defende-se que a teoria é desenvolvida a partir dos dados, de forma isolada e sem a interferência do pesquisador (Glaser, 2003). Já Charmaz (2006) defende que nem os dados nem a teoria são descobertos. Para ela, “somos parte do mundo o qual estudamos e dos dados os quais coletamos. Nós construímos teorias fundamentadas por meio dos nossos envolvimento e das nossas interações com as pessoas, as perspectivas e as práticas da pesquisa” (pp. 24-25).

Estas diferenças a respeito da concepção relativa à natureza dos dados da teoria trazem implicações para o uso de alguns termos e conceitos característicos da *Grounded Theory*. Por exemplo, Dey (1999) contesta a ideia de saturação teórica, cunhada por Glaser. Para ele, os adeptos à Teoria Fundamentada geram categorias por meio de uma codificação parcial e nunca exaustiva, já que a codificação se baseia na conjectura do pesquisador de que as categorias tenham sido saturadas. Assim, o autor argumenta que se obtêm categorias sugeridas - e não saturadas - pelos dados. Dey (1999, p. 257) sugere o termo ‘suficiência teórica’ para melhor conceituar o que Glaser chama de ‘saturação teórica’ na prática da Teoria Fundamentada. Charmaz (2006) endossa esse entendimento de Dey, argumentando que o método não é um “sistema teleológico fechado” (p. 159).

O posicionamento epistemológico da GT

Glaser (2005) afirma que GT é um método indutivo geral que não se restringe a qualquer disciplina ou tipo

de dado. Ele defende também que teorias fundamentadas podem ser desenvolvidas a partir de diferentes perspectivas teóricas. O autor utiliza este argumento para afirmar que a metodologia é epistemologicamente neutra (Glaser, 2009). Entretanto, acredita-se que seria mais adequado afirmar que há influência de determinadas correntes epistemológicas que não impedem que sejam construídas teorias fundamentadas sob diferentes lentes. Essa ideia é diferente de afirmar que a técnica seria epistemologicamente neutra.

Em consonância com Alvesson e Sköldberg (2000), entende-se que a metodologia apresenta-se alicerçada em duas principais escolas de pensamento: o interacionismo simbólico e o positivismo. Clarke (2003) e Bryant e Charmaz (2007) mencionam que o desenvolvimento da GT é orientado particularmente pelo interacionismo simbólico. Alvesson e Sköldberg (2000) defendem que, embora o interacionismo simbólico seja a principal fonte de inspiração da GT, a influência do positivismo orientado estatisticamente também se faz presente, especialmente na bagagem intelectual de Glaser.

Interacionismo Simbólico, GT e a relação entre estrutura social e indivíduo

Ao ver o Interacionismo Simbólico como a principal inspiração teórica da GT, não é de se admirar que algumas críticas dirigidas ao primeiro se reflitam também nas contestações dirigidas à última. Dentre tais críticas, destaca-se, para os fins deste artigo, a que se refere à limitação do Interacionismo Simbólico em analisar a interdependência entre estruturas sociais e a conduta individual.

A atenção excessiva nas minúcias das relações pessoais característica dos princípios do Interacionismo Simbólico foi motivo de crítica de diversos psicólogos sociais provenientes do campo da Sociologia, principalmente durante as décadas de 70 e 80 (Álvaro & Garrido, 2003; Stryker, 1980; Dolch, 2003). Teóricos como Sheldon Stryker (1980, 1983, 1997), Anthony Giddens (1976, 1979, 1984, 1987, 2000), Norbert Elias (1987, 1999) e Pierre Bourdieu (1998) criticavam a posição substancialista entre indivíduo e sociedade encontrada no pensamento interacionista prevalente. Esses representantes da teoria sociológica moderna defenderam uma concepção histórica e não simplesmente evolucionista da sociedade. Para eles, ação e estrutura social são faces de uma mesma moeda, e portanto, indissociáveis: a realidade social é vista como uma construção dos atores sociais e estes são influenciados pela própria estrutura. Desta forma, atentar para as interações, sem buscar relacioná-la com sua interdependência com a estrutura, seria desenvolver uma teoria psico-sociológica da realidade social que

abrange processos, mas ignora os determinantes sociais da interação e ação humanas.

O criticismo em relação a uma suposta limitação da GT para o estudo de aspectos estruturais é embasado em argumentação semelhante àquela dirigida aos escritos de Mead e Blumer. Burawoy (1991, p. 282) afirma que a GT desconsidera o poder em contextos micro e que ela “reprime as forças macro mais gerais que tanto restringem a variação como geram a dominação na esfera micro”. Layder (1998) endossa a crítica em relação à adequação do método ao estudo de aspectos estruturais ao escrever que a GT “é epistemologicamente e ontologicamente comprometida com a negação da existência de fenômenos que não sejam apenas ou meramente comportamentais”. Gibson (2007) afirma que tem sido difundida a ideia de que a inclusão de aspectos macro no desenvolvimento de uma teoria fundamentada prejudicaria a emergência dos dados, uma vez que as pessoas possuem ideologias arraigadas sobre a estrutura social e dificilmente iriam ao campo abertos a interpretar dados de forma conflitante com suas ideologias. Segundo esse argumento, é mais provável que um adepto da GT force seus dados ao analisar aspectos macro que ao teorizar sobre aspectos micro.

Seria a GT, como sugerem as proposições expostas no parágrafo anterior, uma metodologia que não oferece possibilidades metodológicas para a inclusão da relação entre estrutura e ação individual nas teorias que produz? Se a teorização é a única forma de conceber a sociedade de uma forma diferente (Jameson, 1990; Karakayali, 2004), seria razoável defender que a GT é um método que não permite ver além das aparências das relações micro da sociedade? Faria sentido afirmar, como sugere Jameson (1990), que a GT é um método com fundamentos ideológicos comprometidos com a reprodução da dominância inerente às relações do capitalismo?

Para responder a tais perguntas, optou-se por adotar duas estratégias: a primeira é identificar se há alternativas teóricas na Psicologia Social com enfoques não somente interacionistas, mas também estruturais. Como o Interacionismo é frequentemente reconhecido como a principal inspiração epistemológica da GT, acredita-se que aportes teóricos com influências interacionistas que atentem para a relação sistêmica entre indivíduo e estrutura possam fornecer ideias sobre úteis ao desenvolvimento de teorias fundamentadas que não se restrinjam às minúcias das interações entre indivíduos.

A segunda estratégia adotada é a de identificar eventuais propostas metodológicas na literatura sobre GT que sugiram alternativas para o desenvolvimento de teorias fundamentadas que realizem o diálogo micro-macro. Dentre as remodelações que vêm sendo apresentadas sobre como desenvolver teorias funda-

mentadas, há pistas a respeito de como tratar da questão aqui discutida? Se sim, quais são os procedimentos metodológicos sugeridos?

Teorizações sobre a interdependência entre estrutura e indivíduo

Enquanto o marxismo, o estruturalismo e o institucionalismo se ocupam em realizar análises sociais a partir do aspecto macro, dentro das vertentes teóricas sociológicas e psicológicas, o interacionismo simbólico representa o aspecto “micro” dominante. Apesar dessa tradicional dicotomização que posiciona o interacionismo simbólico fora do espectro de interesse dos contextos sociais, ao longo do tempo, diversos teóricos interacionistas desenvolveram uma intenção de interpretar a realidade social em termos da relação entre interação e estrutura social (Carvalho, Borges & Rego, 2010).

Nos parágrafos seguintes são apresentados algumas ideias e conceitos de quatro pensadores que sugeriram aportes teóricos alternativos para a análise da dinâmica micro-macro, situando as interações humanas como parte de um sistema estruturado de ações normativas. São eles: o Interacionismo Simbólico Estrutural, de Sheldon Stryker; a Teoria da Estruturação, de Anthony Giddens; a Sociologia Figurativa, de Norbert Elias e o Construtivismo Estruturalista, de Pierre Bourdieu. Inicialmente são expostas as perspectivas teóricas desses autores para a compreensão da influência da estrutura social na interação. Em seguida, foi explorada como tais pensadores abordam a influência do indivíduo na estrutura.

A proposta de Stryker supõe uma integração entre o interacionismo simbólico e a teoria dos papéis. Stryker (1980, p. 53-55; 1983, p. 57-58) defende que o comportamento depende de um universo classificado, ou seja, os nomes que são conferidos a diferentes elementos do meio os imbuem de significado e oferecem expectativas sobre como agir ante aos mesmos. Quando interagem, as pessoas aprendem quais são os símbolos usados para designar posições dos componentes relativamente estáveis das estruturas sociais, que apresentam expectativas de comportamento compartilhadas e derivadas dos papéis existentes.

Ao agirem no contexto de uma mesma estrutura, as pessoas designam umas às outras e a si de acordo com posição ocupada e criam expectativas mútuas e pessoais de comportamento. Tais qualificativos são empregados como guias para a organização da ação. Apesar de Stryker destacar a influência de fatores estruturais no comportamento do indivíduo, ele o faz situando tais ideias no âmbito dos princípios do Interacionismo Simbólico de Mead (1972). Assim, o pensador afirma que as definições estruturais influenciam, mas

não determinam a acção individual. Ele mantém-se fiel ao pressuposto interacionista de que o comportamento é resultante de processos ativos e reflexivos.

Em termos conceituais, Stryker se refere a alguns termos provenientes da teoria dos papéis, como “conflito de papel”, que se refere a expectativas contraditórias alheias ou individuais sobre a acção, e “tensão de papel”, que alude às situações em que as obrigações e demandas de um indivíduo superam sua capacidade para atendê-las devidamente. Os conceitos de “papel” e as noções interacionistas de “estrutura”, “interacção” e “self” são os elementos básicos usados por Stryker para a proposição dos conceitos de “saliência de identidade” e “compromisso de papel”. Por “saliência de identidade” entende-se a prevalência de uma das diversas identidades organizadas hierarquicamente possuídas por um indivíduo. Já “compromisso de papel” se refere à importância que uma pessoa confere a um desempenho satisfatório em um determinado papel. Quanto maior forem a “saliência de identidade” e o “compromisso de papel”, maior será a probabilidade de que a pessoa adote os comportamentos associados a um determinado papel.

Em resumo, pode-se afirmar que Stryker busca, por meio do seu Interacionismo Simbólico Estrutural, estudar a integração e a interdependência entre os níveis micro e macro da interacção social. Para Álvaro e Garrido (2003), a limitação mais marcante da proposta de Stryker é o fato de que seu programa metodológico de pesquisa ainda está por ser desenvolvido em sua plenitude.

Anthony Giddens apresenta uma distinta abordagem teórica para explicar a influência do ambiente macro no nível das interacções. Ainda que Giddens não seja considerado um interacionista simbólico, sua teoria da estruturação é frequentemente incluída no campo da psicologia social sociológica, como uma psicologia social interpretativa (p.e., Álvaro & Garrido, 2003; Álvaro, Garrido, Schweiger & Torregrosa, 2007). A teoria da estruturação se aproxima do interacionismo simbólico e da GT ao reconhecer a dimensão interpretativa e interativa da interacção humana, a importância do uso de métodos qualitativos para analisar tal experiência e ao enfatizar a compreensão da experiência social ao invés da explicação causal da dita da acção social.

Giddens (1976) utiliza o termo de “dualidade estrutural” para conceituar a ideia de que o sistema condiciona e é condicionado pelas acções sociais. Assim como Stryker, ele afirma que as convenções sociais, incorporadas no interacionismo simbólico estrutural sob o conceito de “papel”, geram expectativas quanto à acção e que ao interagirem as pessoas podem agir em desacordo com tais expectativas, alterando assim as próprias convenções. Entretanto, sua proposta se

diferencia da apresentada por Stryker principalmente na sua ênfase aos aspectos conscientes e inconscientes da acção.

Ao formular sua proposta teórica para explicar como se reproduzem os sistemas sociais, ele afirma que os pesquisadores em ciências sociais devem atentar para a relação entre a atividade de seres cognoscentes guiados por convenções e a reprodução social devidas a acções não intencionais. As condições históricas específicas em que tais atividades ocorrem também são essenciais na visão de Giddens.

A noção de ator é importante no esquema teórico de Giddens (1976, 1979, 1984) e conduz a uma diferença entre consciência prática e discursiva. Enquanto atores sociais, os homens conhecem o sentido de suas acções, o que é conceituado nesta teoria como “consciência prática”. Entretanto, os homens não são capazes de expressar tais sentidos discursivamente, ou seja, faltam-lhes “consciência discursiva”.

Outra noção importante nesta teoria é a de “condições inadvertidas da acção”, que se refere aos fatores inconscientes que influenciam a acção. Ao agir às vezes de forma inconsciente de acordo com convenções estruturais, por exemplo ao aprender a língua nativa, o homem reproduz o sistema social, dando continuidade às instituições. Este processo é conceituado como “consequências não intencionais da acção”.

Norbert Elias também buscou desenvolver uma teoria para articular as estruturas sociais e a subjetividade (Elias, 1987, 1999). A partir da ideia de interdependência, e não de oposição entre a realidade da sociedade e dos indivíduos, ele definiu a sociologia como um estudo compreensivo das “figurações” que ocorrem nas relações de interdependência ao longo da história. Para Elias, a conduta humana somente pode ser explicada em relação às interdependências e figurações que formam entre si.

O conceito de “figuração”, central nesta abordagem, é utilizado para explicar os problemas históricos-sociais. Para Elias, ao interagirem, os indivíduos constituem distintas ordens sociais em diferentes períodos históricos. Tais processos de mudanças sociais geram transformações nas estruturas da personalidade, ou seja, as mudanças na organização da sociedade se relacionam com as transformações nos comportamentos e hábitos individuais. Elias usa essa linha de raciocínio para explicar o surgimento de padrões de estéticos de comportamento da sociedade ocidental tal como se conhece hoje, como hábitos à mesa, por exemplo. Desta forma, pode-se observar que a teoria da figuração se ocupa da análise da conduta entendida em relação a cada configuração de pessoas em diferentes momentos históricos.

Pierre Bourdieu é outro exemplo contemporâneo de construção teórica que busca superar a oposição entre o subjetivismo da visão do indivíduo que age de acordo com sua própria experiência no mundo social e o objetivismo que sugere que a ação individual é regida por leis coletivas e consequência de relações dadas estruturalmente. Apesar de sua obra ser extensa, optou-se pela exploração de dois conceitos centrais na abordagem de Bourdieu (1992, 1993): as noções de “campo” e “hábito”.

Para Bourdieu, o “*habitus*” é um conjunto de disposições perduráveis, resultado da internalização da estrutura social, o que sugere que os indivíduos incorporam, em situações objetivas, as condições dos meios sociais em que vivem. Tais disposições refletem o meio social em que uma pessoa é educada, são duradouras e afetam os diferentes “campos” da atividade humana. O “*habitus*” também produz indivíduos com formas semelhantes de perceber o mundo e com atitudes comuns. Todavia, Bourdieu reconhece que os pensamentos e atitudes humanos não são constituídos apenas de um conjunto de padrões estruturais reproduzidos de forma mecânica. Ele defende que a estudo da relação entre “campo” e “hábito” é fundamental para a compreensão das práticas particulares.

O “campo”, para este autor, se refere a uma situação dinâmica na qual um certo “*habitus*” opera. Cada “campo”, seja esportivo, de produção, de consumo ou artístico, por exemplo, se organiza em função do capital possuído. Diferentes “campos” demandam distintas práticas que servem de critério para diferenciar os que possuem e aqueles que não o têm, os possuidores e os desprovidos, os dotados e os privados. Dentre os tipos de capital, Bourdieu destaca o econômico, o cultural e o simbólico. Em cada campo, ocorrem disputas pelo poder em decorrência da distribuição das diferentes formas de capital e o resultado é a formação de antagonismos e tensões entre grupos, que evidenciam diferentes manifestações individuais de pessoas influenciadas por “*habitus*” semelhantes.

Estes quatro teóricos, conforme apresentado, propõem abordagens distintas para a compreensão da estrutura social na ação individual. Enquanto Stryker se baseia primordialmente nas expectativas embutidas nos papéis sociais, Giddens enfatiza os aspectos inconscientes não intencionais da ação. Por outro lado, Elias ressalta a influência das ordens sociais em diferentes períodos históricos na ação do sujeito e Bourdieu baseia sua análise em predisposições perduráveis em diferentes ambientes sociais. Apesar de ressaltarem o papel do ambiente macro no nível das interações, estes autores não adotaram a postura estruturalista de ignorar a influência das (inter)ações nos sistemas sociais.

Stryker sustenta que diferentes estruturas impõem distintos limites às possibilidades de interação, de forma que o grau de fixação dos papéis depende das características das estruturas sociais que enquadram as situações de interação. Estes limites podem se alterar com o tempo, visto que ação individual não é somente influenciada, mas também pode modificar papéis e estrutura. Isso pode ocorrer quando indivíduos ou grupos usam sua reflexividade para romper com a estrutura e agir fora dos padrões de interação, criando assim, novos padrões e papéis. Giddens, por sua vez, ressalta que ao interagirem, os agentes podem mudar as práticas sociais anteriores, alterando os padrões de conduta prévios e desenvolvendo condutas não institucionalizadas. Assim, Giddens defende que tanto a manutenção das estruturas quanto as mudanças sociais ocorrem a partir de consequências intencionadas e não intencionadas de ação. Por sua vez, para Elias as estruturas sociais refletem valores que são alterados ao longo do tempo e tais valores são os que constituem as figurações históricas que influenciam a conduta humana. A dinâmica micro-macro ocorre, segundo a teoria da figuração, à medida que indivíduos são guiados pelos valores das estruturas sociais nos quais estão inseridos e, em contrapartida, quando alteram tais figurações por meio de condutas não-institucionalizadas. Por fim, para Bourdieu, assim como para Stryker, Elias e Giddens, é necessário superar tanto o holismo sociológico como o individualismo metodológico. A ação não se dá em um vazio social, mas existem estruturas sociais objetivas que limitam as condutas dos agentes sociais. Para o construtivismo estruturalista de Bourdieu, estas ações, assim como os sistemas de representação e conhecimento que as acompanham, têm uma origem histórica e social e, portanto, dinâmica. Se o hábito inclui um sistema de esquemas lógicos, estruturas cognitivas e disposições ou tendências a atuar de uma determinada maneira, as práticas e interações vão transformando a realidade social.

O denominador comum das posições desses autores é o fato de que estruturas não são unidades estáticas, mas dinâmicas. Todos argumentam, ainda que de diferentes formas e usando diferentes conceitos, que estruturas são geradas, atualizadas e transformadas ao longo de processos de interação. O macro e o micro são entendidos como unidades inseparáveis, que exercem mútua influência. É neste contexto que se situam tanto o conceito de figuração de Elias, como o *habitus* de Bourdieu (“esquema” e “disposição”), o de dualidade estrutural de Giddens (“consciência prática” e “consciência discursiva”) ou o interacionismo estrutural de Stryker (“saliência de identidade” e “compromisso de papel”).

Técnicas em GT para geração de teorias de alcance macro

O segundo objetivo deste artigo foi o de identificar propostas metodológicas na literatura sobre GT que proponham alternativas para o desenvolvimento de teorias fundamentadas que realizem o diálogo micro-macro. Ainda que discutir conceitos que integrem a interação social e o marco estrutural seja útil para o desenvolvimento da sensibilidade teórica, acredita-se que discutir as propostas metodológicas apresentadas na literatura pode auxiliar na tarefa de aplicar tais conceitos na prática de pesquisa. Foram identificadas duas técnicas que, por meio de representações visuais das categorias, proporcionam ao pesquisador ferramentas para a inclusão da relação micro-macro em GT: a matriz condicional e o mapa situacional.

Matriz condicional (Strauss e Corbin, 1990, 1998).

Ao se apresentarem as origens da GT neste artigo, comentou-se que Glaser (1992) criticou o processo de codificação apresentado em Strauss (1987) e Strauss e Corbin (2008), argumentando que este mecanismo poderia conduzir o pesquisador a teorias pré-concebidas e dificultar a emergência da teoria. Glaser se referia à matriz condicional, sugestão proposta por Strauss para sobrepujar o criticismo sofrido pelo método da GT no que concerne à integração entre estrutura e interação.

Strauss (1987, p. 78) afirma que “minimizar ou deixar de abordar condições estruturais, seja a estrutura imediata ou a mais ampla, limita a explanação. Fazer o inverso, enfatizar excessivamente as condições estruturais, significa não fazer juz à riqueza dos dados relativos à interação”. O autor se mostra como um defensor de um posicionamento conciliador entre estrutura e interação e tal postura é refletida no conceito metodológico da matriz condicional.

Também traduzida para o português como matriz consequencial (Charmaz, 2006), a matriz condicional, segundo Strauss e Corbin (2008, p. 161), estimula o pesquisador a desenvolver a “sensibilidade teórica necessária para perceber os fatores contextuais” que se manifestam no fenômeno estudado e as “potenciais consequências” que podem resultar da interação em análise. Além disso, também apoia o pesquisador a “relacionar sistematicamente condições, ação/interação e consequências de um fenômeno”. Nas palavras de Charmaz (2006, p. 164-165), o principal propósito da matriz condicional é o de “ajudar os pesquisadores a pensar além das estruturas sociais micro e das interações imediatas, alcançando condições e consequências sociais mais amplas”.

A matriz condicional é composta por oito dimensões distribuídas em camadas circulares. No centro do

círculo se situam as ações estratégicas e rotineiras (1). Nos níveis seguintes, encontram-se as interações (2), os grupos e indivíduos (3), divisões das organizações estudadas (4), organizações e instituições (5), a comunidade e suas características demográficas peculiares (6), as nações (7) e, na extremidade externa do círculo, encontra-se o nível internacional e as condições políticas e sócio-econômicas.

Strauss e Corbin (2008) ressaltam que cada estudo deve conter todos os níveis da matriz condicional, que estes se inter-relacionam em reciprocidade de condições e que em cada nível as características específicas de relevância para o estudo devem ser incluídas devidamente, de forma a indicar ao leitor o grau de generalização do estudo. Ao fazê-lo, o pesquisador deve especificar a localização e a época em que o estudo foi realizado, para situar o leitor quanto ao contexto em que se deu a investigação.

Em termos práticos, Strauss recomenda: “comece com um evento ou incidente, e então tente determinar por que ele ocorreu, quais eram as condições e como as condições se manifestaram e com quais consequências” (Strauss, 1987, p. 62). Essas questões formam o paradigma da codificação, que gradualmente se torna parte da sensibilidade teórica do pesquisador. O investigador, ao usar a matriz condicional, tende a perguntar-se frequentemente que níveis da matriz foram envolvidos em determinado incidente e com quais consequências. Tais orientações auxiliam não somente o pesquisador durante a análise dos dados, como também durante a coleta e no processo de amostragem teórica.

Mapa Situacional (Clarke, 2003, 2007)

Clarke (2003, 2007) propõe outra possibilidade para o desenvolvimento de teorias fundamentadas que considerem a estrutura social. Ela defende a necessidade de desenvolver adaptações da GT no sentido de torná-la mais apta a satisfazer as demandas pós-estruturalistas em pesquisas sociais. Entre tais problemáticas, ela destaca a importância de que os pesquisadores reconheçam e contextualizem seus projetos de pesquisa, ou seja, as influências que características pessoais e externas, como financiamento, podem gerar a prática investigativa.

Para alcançar tal objetivo, Clarke (2003, 2007) apresenta a análise situacional, uma metodologia qualitativa que, segundo a autora, se baseia nos princípios pós-modernistas e possibilita acessar a “densidade das situações da vida real” (Clarke, 2007, p. 368). Essa metodologia é baseada, em termos práticos, no desenvolvimento de três tipos de mapas, a saber: mapas situacionais, mapas de mundos/arenas sociais e mapas posicionais. Neste artigo, foi comentado brevemente o primeiro dos três listados, uma vez que, dentre estes, é

o que se considera mais representativo da abordagem de Clarke. Em outros resumos sobre a proposta de Clarke, esta opção também foi realizada (p.e., Charmaz, 2006; Clarke & Friese, 2007).

Mapas situacionais apresentam graficamente os principais elementos humanos, não humanos e discursivos na situação de interesse de pesquisa, facilitam a identificação de relações entre eles e revelam processos e situações. Clarke (2003) afirma que os mapas situacionais pretendem captar as complexidades da situação estudada de forma densa ao incorporar as propriedades estruturais e situá-los em mundos e arenas sociais. Os elementos estruturais que influenciam a situação sob análise são representados no mapa. Assim, os processos e relações estruturais que permeiam a situação são mais facilmente evidenciados. Uma diferença importante entre o mapa situacional de Clarke e a matriz condicional de Strauss é que para a primeira os fatores contextuais não devem ser vistos com algo externo à situação, mas como sendo a própria situação. Em outras palavras, Clarke evita a dualidade entre macro e micro, fazendo juízo à sua orientação pós-modernista.

As categorias que compõem o mapa situacional são: atores/elementos individuais/humanos, atores/elementos coletivos humanos, elementos não humanos, construções discursivas do indivíduo ou atores coletivos, construção discursiva de atores não humanos, elementos políticos, socioculturais, temporais e espaciais, narrativas históricas e temas gerais. Clarke (2007) ressalta que nem todas as categorias devem ser usadas durante a codificação. Após classificar códigos e conceitos nas categorias, Clarke (2007) recomenda que eles sejam cruzados mutuamente de forma a identificar como eles se relacionam. Como alguns desses códigos são estruturais e de nível individual, Clarke defende que o procedimento ajuda o pesquisador a revelar as complexidades do fenômeno de interesse.

Considerações Finais

De que forma os conceitos e ideias principais de Sheldom Stryker, Anthony Giddens, Norbert Elias e Pierre Bourdieu e outros teóricos que tenham explorado a interdependência entre macro estrutura e ação individual podem ser úteis para o desenvolvimento de teorias fundamentadas que abranjam a relação micro-macro? São apresentadas nos próximos parágrafos, três sugestões que se acredita serem úteis para sobrepujar o desafio discutido neste artigo.

a) Conceitos sensibilizadores. Ainda que um dos princípios essenciais da GT seja a rejeição de pré-concepções no processo de construção da teoria, Glaser (1978), Strauss e Corbin (2008), Charmaz (2006) e

diversos outros teóricos concordam que é impossível que o pesquisador conduza a pesquisa sem qualquer pressuposto sobre o tema estudado. Entretanto, isso não impede que o pesquisador se mantenha aberto aos conceitos que serão construídos a partir dos dados. Consoante sugere Charmaz (2006), ainda que não seja possível conduzir a pesquisa com uma mente vazia, nada impede que o pesquisador tenha uma mente aberta durante esse processo.

Conquanto inicialmente tenha defendido a realização da revisão da literatura somente após a elaboração da teoria (Glaser, 1992, 1998), na obra *“Theoretical Sensitivity”* ele escreveu que “é necessário que o pesquisador adepto à GT conheça muitos códigos teóricos a fim de que esteja sensível para interpretar explicitamente as sutilezas existentes em seus dados” (Glaser, 1978, p. 72).

Assim, apesar das diversas divergências metodológicas encontradas entre autores de teorias fundamentadas, todos parecem, mesmo que com distintos graus de assertividade, concordar que a noção de conceitos sensibilizadores (Blumer, 1969) é perfeitamente aceitável em GT. Conceitos sensibilizadores oferecem ideias iniciais a serem buscadas e sensibilizam o pesquisador para a elaboração de determinados questionamentos sobre seu tópico de pesquisa.

Por isso, acredita-se que o interacionismo simbólico estrutural, a teoria da estruturação, sociologia figurativa e o construtivismo estruturalista, aqui resumidos, apresentam conceitos que podem ser úteis como conceitos sensibilizadores que busquem desenvolver teorias fundamentadas nas quais se analisem as relações entre os níveis macro e micro do mundo social.

b) Criação de matrizes estruturais ou mapas. As matrizes apresentadas neste artigo foram criadas sob a inspiração de teorias da psicologia social sociológica. Enquanto Strauss (1987) afirma ter sido influenciado por Bourdieu em sua proposta, Clarke (2007) destaca que o trabalho teórico de Strauss foi uma fonte importante no desenvolvimento da reformulação da GT por ele apresentada. Sendo assim, defende-se aqui que uma alternativa para o desenvolvimento de teorias fundamentadas que relacionem estruturas e interações é o desenvolvimento de mapas com inspiração nos conceitos de Stryker, Giddens, Elias e Bourdieu.

Glaser (2009) defende que matrizes conceituais deslocam os dados para direções pré-estabelecidas. Entretanto, nem sempre ele teve este posicionamento. Em 1978, Glaser apresentou os “Seis C’s”, como sugestões de famílias de códigos que auxiliam o pesquisador a integrar os conceitos emergidos durante a pesquisa: causas, contextos, contingências, conseqüências, covariâncias e condições. Para ele, esses representam o *‘Bread and butter’* (Glaser, 1978, p. 74) da codificação

teórica na sociologia. Mais recentemente, Glaser (2009) tem se mostrado menos propenso a indicar famílias de códigos, em razão de acreditar que isso possa limitar a sensibilidade teórica do pesquisador para identificar relações entre categorias. De qualquer forma, o autor defende que conhecer tais famílias de categorias pode ser útil para o entendimento da metodologia, uma vez que elas são exemplos de relações possíveis. Acredita-se que as matrizes aqui discutidas não limitam nem mais, nem menos que os “Seis Cs” de Glaser, a sensibilidade teórica do pesquisador.

Entende-se que matrizes ou mapas seriam formas de gerar categorias relativas a diferentes níveis de análise e não de restringir a análise dos dados a categorias prévias. A geração de categorias emergentes, redação de memorandos e a escolha e integração dos memorandos, princípios básicos da GT, não são abandonados quando se usam matrizes. O objetivo destas não é o de fornecer categorias prévias, mas de lembrar ao pesquisador a importância de estar atento às categorias que podem emergir a partir dos dados nos diferentes níveis de análise: desde os mais imediatos aos mais contextuais. Ainda que se reconheça que há um risco de alguns pesquisadores se sentirem tão orientados pelos níveis de análise que se percam no processo de geração de categorias embasadas nos dados, acredita-se que tal risco é menor que o de manter a teoria apenas no nível das interações, quando não se usam matrizes que envolvam níveis estruturais.

Hidelbrand (2007) sugere que a matriz condicional de Strauss pode ser adaptada à teoria da estruturação de Giddens, porquanto ambos concordam com princípios básicos como a interdependência entre a ação individual e a estrutura, a adoção dos conceitos de “consciência prática”, “consciência discursiva”, “condições inadvertidas da ação” e “condições não intencionadas da ação”.

Acredita-se que a sugestão de Hidelbrand (2007) é adequada, tendo em vista ser Giddens um dos teóricos sociais que têm fornecido elementos conceituais os quais permitem sistematizar a relação macro/micro. Defende-se, seguindo a mesma lógica, que o Interaçionismo Simbólico Estrutural de Stryker, poderia da mesma forma servir de inspiração para adaptações da GT, porque os conceitos de “conflito de papéis”, “tensão de papéis”, “compromisso de papel” e “saliência de identidade”, são instrumentos conceituais para estudar a interação entre os diferentes níveis da matriz condicional. O mesmo princípio pode ser aplicado a partir da sociologia figurativa de Elias e do construtivismo estruturalista de Bourdieu.

c) Retorno à literatura após a construção da teoria. Um terceiro procedimento sugerido é o de usar os conceitos de teóricos que tratam de dinâmica entre es-

trutura e indivíduo não somente durante o processo de construção da teoria como conceitos sensibilizadores, mas também após a construção da teoria. Glaser (1978) destaca a importância de, após a redação da teoria fundamentada, realizar um diálogo entre a mesma e a literatura sobre o tema ao qual se refere a pesquisa.

Para Glaser, esse procedimento ajuda o pesquisador a posicionar sua pesquisa diante das contribuições já desenvolvidas pela comunidade acadêmica, o que confere à pesquisa um caráter de integração com a produção anterior. Ao realizar tal diálogo com a literatura sociológica que discute a interdependência entre o macro e o micro, o autor pode encontrar áreas de aderência, incompatibilidades ou complementaridade entre os conceitos e relações incluídos na teoria desenvolvida em sua área substantiva e os aportes de outros teóricos.

Imagina-se que a segunda sugestão realizada, a criação de matrizes conceituais ou mapas, pode encontrar criticismo por parte de adeptos do método que não considerem adequado o uso de esquemas prévios para codificação. Estes podem argumentar que tal procedimento poderia prejudicar a emergência da teoria a partir dos dados. Entretanto, entende-se que a primeira e a terceira sugestão apresentada não se opõem aos princípios básicos e, portanto, a nenhuma das versões da GT.

É importante ressaltar que o fato de Stryker, Giddens, Elias e Bourdieu terem sido citados neste artigo não significa que sejam os únicos teóricos que analisam a relação entre convenções sociais e a ação individual. Goffman (1983), Strauss (1978), Turner (1976), McCall and Simmons (1978), Berger and Luckmann (1967) e Burke (Burke & Reitzes, 1981, Burke & Tully, 1976) são alguns exemplos de outros teóricos do interacionismo simbólico e outras teorias afins que discutiram, em diferentes abordagens dentro da psicologia social sociológica a interdependência entre o contexto social e a interação.

A escolha de um grupo reduzido dos autores que tiveram algumas de suas ideias aqui expostas de forma resumida se faz necessária por uma questão de limitação de espaço. Stryker, Giddens, Elias e Bourdieu foram destacados por serem apontados com frequência como expoentes no tema de interesse deste artigo (p.e., Collier, Minton & Reynolds, 1996; Álvaro & Garrido, 2003; Álvaro et al., 2007), mas tal escolha não sugere uma classificação valorativa mais positiva em relação aos demais autores citados. Nada impede, por conseguinte, que as sugestões de aplicação das ideias dos pensadores comentados não se estendam também àqueles cujas ideias centrais não foram aqui expostas.

Referências

- Álvaro, J.L., & Garrido, A. (2003). *Psicología Social: Perspectivas Psicológicas y Sociológicas*. Madrid: McGrall-Hill.
- Álvaro, J. L., Garrido, A., Schweiger, I., & Torregrosa, J. R. (2007). *Introducción a la psicología social sociológica*. Barcelona: Editorial UOC.
- Alvesson, M., & Sköldberg, K. (2000). *Reflexive Methodology: New Vistas for Qualitative Research*. London: SAGE.
- Bandeira-de-Mello, R., & Cunha, C. J. C. A. (2004). Administrando o risco: Uma Teoria Substantiva da Adaptação Estratégica de Pequenas Empresas e Ambientes Turbulentos e com Forte Influência Governamental. *Revista de Administração Contemporânea*, 8, 157-180.
- Bandeira-de-Mello, R., & Cunha, C. J. C. A. (2006). Grounded Theory. In A. B. Silva, C. K. Godoi & R. Bandeira-de-Mello (Eds.), *Pesquisa Qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos* (pp. 241-266). São Paulo: Saraiva, p. 241-266.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1967). *The social construction of Reality*. A Treatise in the Sociology of Knowledge. New York: Doubleday.
- Blumer, H. *Symbolic Interactionism*. (1969). Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall.
- Bryant, A., & Charmaz, K. (2007). Grounded Theory in Historical Perspective: An Epistemological Account. In A. Bryant & K. Charmaz (Eds.), *The SAGE Handbook of Grounded Theory* (pp.32-57). London: Sage.
- Bourdieu, P. (1998). *La distinción*. Criterio y bases sociales del gusto. Madrid: Taurus.
- Bourdieu, P. (1993). *Cosas dichas*. Barcelona: Gedisa.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. J. D. (1992). *An Invitation to Reflexive Methodology*. Cambridge: Polity Press.
- Burawoy, M. (1991). The extended case method. In M. Burawoy, A. Burton, A. Ferguson, K. Fox, J. Gamson, N. Gartrell, L. Hurst, C. Kurzman, L. Salzinger, J. Schiffman & S. Ui. *Ethnography unbound: Power and resistance, in the modern metropolis* (pp. 271-290). Berkeley: University of California Press.
- Burke, P. J., & Tully, J. (1976). The measurement of role/identity. *Social Force*, 55, 881-897.
- Burke, P. J., & Reitzes, D. (1981). The link between identity and role performance. *Social Psychology Quarterly*, 44, 83-92.
- Carvalho, V., Borges, L., & Rego, D. (2010). Interaçionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em Psicologia Social. *Psicologia: ciência e profissão*, 30(1), 146-16.
- Charmaz, K. (2006). *Constructing Grounded Theory: A practical guide through qualitative analysis*. Thousand Oaks: Sage.
- Chang, J. H. L. (2000). Symbolic interaction and transformation of class structure: The case of China. *Symbolic Interaction*, 23(3), 223-251.
- Clarke, A. E. (2003). *Situational Analysis: GT After the Postmodern Turn*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Clarke, A. E., & Friese, C. (2007). Grounded Theory using Situational Analysis. In A. Bryant & K. Charmaz (Eds.), *The SAGE Handbook of Grounded Theory* (pp. 539-564). London: Sage.
- Collier, G., Minton, H. L., & Reynolds, G. (1996). *Escenarios y tendencias de la Psicología Social*. Madrid: Tecnos.
- Dey, I. (1999). *Grounding Grounded Theory: Guidelines for Qualitative Inquiry*. San Diego: Academic Press.
- Dolch, N. A. R. (2003). Role. In L. T. Reynolds & N. J. Herman-Kinney (Eds), *Handbook of Symbolic Interactionism* (pp. 391-410). Oxford: Altamira.
- Elias, N. (1987). *La sociedad de los individuos*. Barcelona: Península.
- Elias, N. (1999). *Sociología fundamental*. Barcelona: Gedisa.
- Gibson, B. (2007). Accommodating Critical Theory. In A. Bryant & K. Charmaz (Eds.), *The SAGE Handbook of GT* (pp. 436-453). London: SAGE.
- Giddens, A. (1976). *New rules of sociological method*. London: Basic Books.
- Giddens, A. (1979). *Central problems in social theory: Act, structure and contradiction in social analysis*. London: McMillan.
- Giddens, A. (1984). *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, A. (1987). *Social theory and modern sociology*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, A. (2000). *En defensa de la sociología*. Madrid: Alianza.
- Glaser, B. G. (1978). *Theoretical Sensivity*. California: Sociology Press.
- Glaser, B. G. (1992). *Basics of Grounded Theory Research*. California: Sociology Press.
- Glaser, B. G. (1998). *Doing Grounded Theory: Issues and discussions*. California: Sociology Press.
- Glaser, B. G. (2001). *The Grounded Theory Perspective: Conceptualization Contrasted with Description*. California: Sociology Press.
- Glaser, B. G. (2002). Constructivist Grounded Theory? *Forum: Qualitative Sozialforschung*, 3(3), 1-13.
- Glaser, B. G. (2004). Naturalist inquiry and GT. *Forum: Qualitative Sozialforschung*, 5(1), 1-13.
- Glaser, B. G. (2005). *The Grounded Theory Perspective III: Theoretical Coding*. California: Sociology Press.
- Glaser, B. G. (2009). *Jargonizing: Using the Grounded Theory Vocabulary*. California: Sociology Press.
- Glaser, B. G., & Holton, J. (2004). Remodeling Grounded Theory. *Qualitative sozialforschung*, 5(2), 1-7.
- Glaser, B., G., & Strauss, A., L. (1965). *Awareness of Dying*. Chicago: Aldine.
- Glaser, B., G., & Strauss, A., L. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter.
- Glaser, B., G., & Strauss, A., L. (1968). *Time for Dying*. Chicago: Aldine.
- Goffman, E. (1983). The interaction order. *American Sociological Review*, 48, 1-17.
- Goulding, C. (2002). *Grounded Theory: a practical guide for management, business and market researchers*. London: SAGE.
- Hidelbrand, B. (2007). *Mediating Structure and Interaction in Grounded Theory*. In: A. Bryant & K. Charmaz (Eds.), *The SAGE Handbook of Grounded Theory* (pp.539-564). London: Sage.
- Holton, J. (2008). Grounded Theory as a General Research Methodology. *The Grounded Theory Review*, 7(2), 67-93.
- Ikeda, A. A., & Bianchi, E. M. P. G. (2009). Considerações sobre usos e aplicações da grounded theory em administração. *Faces*, 8, 107-122.
- Jameson, F. (1990). *Late Marxism: Adorno, or, The Persistence of the Dialectic*. London: Verso.
- Karakayali, N. (2004). Reading Bourdieu with Adorno: the limits of critical theory and reflexive methodology. *Sociology*, 38(2), 351-368.
- Layder, D. (1998). *Sociological practice: linking theory and social research*. London: Sage.
- Lincoln, Y., & Guba, E. G. (1985). *Naturalistic Inquiry*. Newbury Park: Sage.
- Locke, K. D. (2001). *GT in management research*. London: SAGE.
- Mead, G. H. (1972). *Mind, self and society*. Chicago: University of Chicago Press.
- McCall, G. J., & Simmons, J. T. (1978). *Identities and interactions*. New York: Free Press.

- Starrin, B., Dahlgren, L., Larsson, G., & Styrborn, S. (1997). *Along the Path of Discovery: Qualitative Methods and Grounded Theory*. Lund: Studenlitteratur.
- Strauss, A. (1978). *Negotiations: Varieties, contexts, processes and social order*. San Francisco: Joey-Bass.
- Strauss, A. (1987). *Qualitative Analysis for Social Scientists*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Strauss A., & Corbin, J. (2008). *Pesquisa Qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de Teoria Fundamentada*. Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1990)
- Stryker, S. (1980). *Symbolic Interactionism: A social structural approach*. California: The Benjamin/Cummings.
- Stryker, S. (1983). Tendencias teóricas de la psicología social: hacia una teoría social interdisciplinar. In J. R. Torregrosa & B. Sarabia, *Perspectivas y contextos en psicología social* (pp. 13-72). Barcelona: Editorial Hispano Europea.
- Stryker, S. (1997). Sociological social psychology. In C. McGarty & S. A. Haslam, *The message of social psychology* (pp. 35-51). Oxford: Blackwell.
- Turner, R. H. (1976). The real self: From institution to impulse. *American Journal of Sociology*, 81, 989-1016.

Received 08/15/2011

Accepted 02/16/2012

Bruno Felix von Borell de Araujo. FUCAPE
Business School, Vitória/ES, Brasil
José Luis Álvaro Estramiana. Universidad
Complutense de Madrid, Spain

